

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-10-2021.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Edson CT, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 332/21 (Processo nº 0805/201), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 329/21 (Processo nº 0802/21), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 342/21 (Processo nº 0819/21), de autoria de Fernanda Barth, Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino, Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier e Alexandre Bobadra. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 158.00128/2021-40, por meio do qual é autorizada representação externa de Giovane Byl, no dia quatro de outubro do corrente, em ato de entrega de matrículas a moradores do Loteamento Timbaúva III e de sanção de lei que altera a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Edson CT, Matheus Gomes, Jonas Reis, Daiana Santos e Idenir Cecchim. Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/21 (Processo nº 0575/21), após ser discutido por Pedro Ruas. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e sete minutos às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/21. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/21, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Edson CT, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar

do Executivo nº 012/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Edson CT, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 210, 238, 240 e 249/21 (Processos nºs 0755, 0902, 0916 e 0965/21, respectivamente). Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 252/21 (Processo nº 0976/21), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 217/21 (Processo nº 0779/21), após ser encaminhado à votação por Psicóloga Tanise Sabino e Alvoni Medina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0885/18), após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato. Foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18, por TRINTA E UM VOTOS NÃO, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Edson CT, Delegado Cleiton, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovani e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18, por DEZOITO VOTOS SIM e QUINZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Edson CT, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Delegado Cleiton, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando o adiamento por duas sessões da votação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 044/21 (Processo nº 0151/21), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Laura Sito, Fernanda Barth, Felipe Camozzato e Giovani e Coletivo. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 044/21. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 044/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 044/21. Em

discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/20 (Processo nº 0071/20), após ser encaminhado à votação por Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Daiana Santos e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 029/20, por DEZOITO VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Edson CT, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/20, por DEZOITO VOTOS SIM, DEZ VOTOS NÃO e UMA ABSTENÇÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Edson CT, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Roberto Robaina e optado pela abstenção Cláudia Araújo. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Fernanda Barth e Cláudia Araújo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 253/21 (Processo nº 0979/21). Às dezessete horas e quarenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Felipe Camozzato, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mônica Leal e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos. Queremos anunciar a presença da Ver.^a Laura Durigon Ajala, do PCdoB, seja bem-vinda. Anunciamos também a presença do Sr. Cléo Teixeira, Coordenador dos Conselheiros Tutelares de Porto Alegre, seja bem-vindo a nossa Casa.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo o processo SEI nº 158.00128/2021-40, de autoria do Ver. Giovane Byl, que solicita representar esta Casa no ato de entrega de matrículas a moradores do Loteamento Timbaúva III e de sanção da lei que altera a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, na cidade de Porto Alegre, no dia 04 de outubro de 2021, às 18h30min.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito à Portaria que libere a entrada das três professoras de Filosofia. (Pausa.)

Ver. Leonel, eu entendi que eram três pessoas, só que não é assim; vamos nos organizar. São as três pessoas que V. Exa. me pediu, não é entrar como quer. Não tem assessoria, depois nós vamos ver isso, isso é no próximo pedido, agora não, agora são as três que foram autorizadas. Eu não vou desautorizar o guarda que está na portaria, pode levar de volta. Vamos nos organizar, eu vou liberar para que fiquem aqui, mas, na próxima vez, nós temos que ter regras. Obrigado.

Ver. Pedro Ruas, havia um acordo, feito na reunião de Mesa e lideranças, de que nós entraríamos direto na Ordem do Dia. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Idenir Cecchim, primeiro, agradeço a V. Exa. e, segundo, registro que não sabia do acordo, desconhecia o acordo, e o tema é relevante. Cumprimento as vereadoras, os vereadores e, mais uma vez, desculpando-me em relação ao Ver. Idenir Cecchim, pois desconhecia esse acerto. Ver. Matheus Gomes, vereadoras e vereadores, chega a nossas mãos a peça elaborada, conjuntamente, pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público de Contas, conjuntamente, recomendando que se determine a saída, vejam bem, vereadoras e vereadores, da Sra. Letícia Batistela da presidência da Procempa. Essa senhora é diretora-presidente da Procempa e o próprio Ministério Público Estadual e o próprio Ministério Público de Contas consideram, com expressões fortes de outra natureza, Ver. Airto Ferronato, que há um conflito de interesses. Essa senhora é vice-presidente da Federasul e ela atuou e dirigiu entidades, veja bem, Ver. Aldacir Oliboni, que tinham relação direta com a questão da tecnologia da informação, da TI, e durante o período, todo o primeiro semestre, nós denunciemos isso, Ver. Jonas Reis, todo o primeiro semestre denunciemos isso. Mostramos, várias vezes - e, muitas vezes, estive com o Ver. Matheus Gomes em atos da Procempa - que havia, obviamente, o conflito de interesses. Não é possível que a mesma pessoa que dirige uma entidade que utiliza o serviço da Procempa, como a Federasul, que dirigiu uma outra entidade, o Serpro, que trabalhava diretamente com a tecnologia da informação vá presidir a Procempa. Não é possível, é inaceitável. Por quê? Vejam bem, é simples, havia uma ideia do governo Municipal de que a Procempa não era necessária - e nós achamos isso um absurdo desde o início - uma empresa especializada em tecnologia da informação, desde o princípio uma empresa que acumulou dados, expertise, conhecimento para fazer, exatamente, o que fazia em benefício de toda a população da capital, de toda Porto Alegre, mas dirigida por alguém que estava lá para que a empresa não funcionasse, não

continuasse a existir, na prática, como era. Essa é a incompatibilidade absoluta, ela tinha outros interesses do ponto de vista objetivo. Eu não estou fazendo uma acusação do ponto de vista das intenções, na vida pública não se cogita de intenções, na vida pública se cogitam atos. Então, nós temos a questão da ética ferida de morte, porque a moral é uma questão subjetiva, a ética é objetiva. E a questão da ética estava ferida, e nós não denunciávamos isso, porque não é possível que uma pessoa com interesses na iniciativa privada, em tecnologia da informação, ao mesmo tempo, vá dirigir a empresa de tecnologia da informação pública e que vai ser, na prática, extinta pelo governo. A sua posição era uma posição de conflito de interesses, não era nem culpa da pessoa, ela está no conflito, ela é o conflito. O que o Ministério Público do Estado e o Ministério Público de Contas fazem, cumprindo as suas obrigações legais e constitucionais, é determinar a saída da Sra. Letícia Batistela, há um conflito de interesses, há uma incompatibilidade, há uma situação impossível de ser mantida. Então, esta peça aqui, importante, deixo à disposição do vereador-presidente, não tinha me ocorrido, mas, agora, vou entregar a V. Exa., pois é importante. O vereador hoje está na presidência dos trabalhos, presidente de todos na Casa, mas, quando não está na presidência, é o líder da bancada da situação e tem feito um belo trabalho diga-se de passagem. Então, é importante registrar e concludo, Presidente, agradecendo este tempo, que nós denunciávamos esse conflito de interesses, nós denunciávamos que a gestão da Sra. Letícia Batistela era para extinguir a Procempa, nós denunciávamos que isso não era correto, e agora quem diz isso é o Ministério Público do Estado e o Ministério Público de Contas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENETE IDENIR CECCHIM: O Ver. Edson CT está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EDSON CT (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, na figura do Ver. Idenir Cecchim e dos demais vereadores, cumprimento a todos e, em especial, ao meu colega, Sr. Cléo Teixeira, coordenador dos Conselheiros Tutelares de Porto Alegre que está aqui nos prestigiando na data de hoje. O meu pedido para usar a palavra em Liderança se trata de um assunto de tamanha relevância em virtude do trabalho que exercemos em defesa do direito das crianças e dos adolescentes. No dia de hoje, nas comunidades mais carentes, a vulnerabilidade social, em tempos de pandemia, vem em uma escalada crescente, dando-nos um raio X das ruas de Porto Alegre com crianças e adolescentes em semáforos, hipermercados, em trabalho infantil e em mendicância. No ECA, está lá para todos compreenderem que é nítida a violação de direito. O artigo 227 da Constituição Federal nos traz e nos faz responsáveis pelo zelo da criança e do adolescente, tanto a família, a sociedade quanto o Estado e os poderes, e o que temos visto aqui, Cléo, é uma desorganização para a qual devemos, nesta Casa, buscar uma solução, para que instituições recebam do orçamento público do Município mais recursos e também profissionais para dar conta dessa demanda que aumenta a cada dia.

O serviço, por ora, denominado Ação Rua é um braço do CRESS que tem por finalidade abordagem em situações de criança e adolescentes em trabalho infantil e mendicância, para qualificar, elaborar relatórios para os demais serviços em que possam atuar, na garantia dos direitos, bem como organizar essas famílias. Caro colega, Matheus, todos os demais aqui presentes, eu chamo atenção para essa pauta que é de tamanha relevância, pois o que trago aqui aos nobres colegas é a incompatibilidade do horário da atuação desse serviço: nas regiões descentralizadas, tem um horário sem nenhum serviço para atividade afim, que começa às 8h e encerra às 17h, encerrando suas atividades com uma lacuna de uma hora. E esse serviço só retoma às 18h, e até às 21h para esse serviço de abordagem, mas onde ocorre isso? Na região central; e as demais regiões de Porto Alegre ficam descobertas. E digo que esse atendimento, somente na região central de Porto Alegre, é feito pela AICAS, ficando, assim, Porto Alegre descentralizada, descoberta da abordagem social, direcionada à criança e adolescente, que também, por sua vez, é um sujeito de direito. Pois, às 21h, somente é feita a abordagem adulta, e a criança onde fica nessa situação? O meu objetivo aqui na data de hoje, na companhia do meu colega, Cléo Teixeira, é que os nobres colegas vereadores tomem conhecimento dessa falha institucional e que tenham um olhar para as periferias e as suas vulnerabilidades, pois lá está a falta das políticas públicas, fazendo com que as crianças e adolescentes sejam usadas para o trabalho infantil, trazendo muitas vezes o sustento para suas casas, fazendo disso a violação de mendicância e a exploração dos mesmos. Em resumo, através do meu pedido de providências, Sr. Cléo, solicito que retome o plantão de abordagem social 24 horas à população infantil. Conto, com a minha espedida desta Casa nesse curto período, com os nobres vereadores para que deem continuidade a essa problemática, fazendo, assim, a garantia dos direitos constitucionais, que passam também por esta Casa. Sabemos do grande trabalho da diretora Cátia Lara à frente da FASC, mas desejamos que esse olhar tenha resultados positivos, para que a nossa Porto Alegre, para este fato, possa ter um aumento e um olhar sistemático das garantias de direito. Obrigado aos vereadores que escutaram; obrigado os vereadores que poderão dar continuidade; obrigado a Mesa; obrigado a todos; obrigado a Deus. Aqui me despeço para que a gente dê continuidade ao nosso trabalho lá fora, Cléo. Obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, cumprimento o Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, agradeço também pela condução dos trabalhos no dia de hoje; vereadoras e vereadores presentes; público que está nas galerias nos assistindo. Eu gostaria de falar do tema do dia, Ver. Pedro Ruas, o grande debate na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, desde o início dessa manhã, é a questão da tecnologia e da inovação, mas não apenas pela viagem do

prefeito Sebastião Melo e do governador Eduardo Leite à Espanha, com objetivo de trazer uma das grandes feiras desse ramo para a cidade de Porto Alegre, mas por que a empresa pública da nossa cidade responsável, nas últimas quatro décadas, pela elaboração dos melhores serviços de tecnologia da informação que nós tivemos na capital do nosso País, referência em nível nacional, a Procempa, hoje está no centro de uma questão que envergonha a todas e todos, que é a decisão do Ministério Público de Contas e do Ministério Público Estadual que recomenda o afastamento da diretora-presidente da Procempa, Leticia Batistela, em até 30 dias, devido à existência de conflito de interesses entre atividades que a presidente Leticia cumpre, ao longo da sua história, à frente de empresas do ramo da tecnologia da informação no setor privado, bem como da Federasul, o que foi um elemento de discussão que nós tivemos desde o início do ano, quando o tema, aqui nessa Casa, foi o PLE que desestruturou a Procempa. Eu acho difícil que a gestão municipal não tenha ciência das informações desde o início do ano; uma das primeiras ações do prefeito Sebastião Melo, ao assumir, foi estabelecer um termo de *compliance*, um programa de integridade na administração pública, que colocava uma série de limites para aqueles e aquelas que assumissem cargos da administração municipal. E a Sra. Leticia, publicamente, sempre foi uma articuladora dos interesses do setor privado da tecnologia de informação; consta inclusive, nessa decisão do Ministério Público de Contas e do Ministério Público Estadual, intervenções e proposições da Sra. Leticia, enquanto uma dirigente do Serpro, defendendo que o Legislativo tomasse medidas em prol do setor privado da tecnologia da informação. Eu acho inacreditável que o prefeito Sebastião Melo e que o vice-prefeito Ricardo Gomes - que é parceiro público também da Sra. Leticia há muito tempo, o que ficou expresso, inclusive, na forma como o vice-prefeito se relacionou, até então, com a Procempa, sempre se demonstrando muito interessado nas discussões da tecnologia da informação - não sabiam dessa questão, muito difícil! E aí abre-se esse toda uma reflexão para fazermos, do por que um dos primeiros projetos colocados em regime de urgência nesta Casa, pelo Executivo, foi esse que autorizava o setor privado da tecnologia da informação a assumir o protagonismo na cidade de Porto Alegre, foi isso que aconteceu. Não é o que conta nessa decisão; ela é nítida com relação à existência de conflito de interesse, e caso a Prefeitura não cumpra a recomendação de afastar imediatamente a diretora-presidente Leticia Batistela, pode estar incorrendo em problemas graves, com abertura de processo no Tribunal de Contas Estado, de ações judiciais por parte do Ministério Público Estadual. Então, trata-se de um tema grave e que nos coloca diante de reflexão fundamental para os dias de hoje, que é a limitação entre o público e o privado. Essa prática de privilegiar os interesses de conglomerados empresariais, através de bons posicionamentos da administração pública, é uma prática muito antiga no nosso País, é um velho método do patrimonialismo que há algumas décadas, no governo militar - acho importante a gente lembrar hoje, quando nós temos o governo Bolsonaro com mais de uma dezena de milhares de militares ocupando cargos no governo em empresas estratégicas, na maioria das estatais, inclusive - era conhecido como a porta giratória, porque eles saíam dos governos e assumiam cargos nos altos escalões do setor privado, é uma prática antiga de patrimonialismo, de deterioração

daquilo que é público, que deve servir aos interesses da maioria da nossa população. Eu acho gravíssimo que nós estejamos, no dia de hoje, com o grande debate sendo feito em torno da tecnologia da inovação de Porto Alegre, aparecendo ao mundo de maneira distinta, nesse terreno, que nós estejamos diante de algo que é escandaloso, que é um segmento estratégico do serviço público do nosso Estado, uma empresa com o *know-how* da Procempa, com todas as premiações que já ganhou em nível nacional, com um quadro técnico que se esforçou muito para convencer o governo de que a empresa poderia dar um salto de qualidade, sim, poderia estar assumindo responsabilidades importantíssimas nessa crise sanitária, econômica, social em que nós vivemos, porque já é responsável pelo funcionamento da cidade em vários setores estratégicos, como segurança pública, saúde, arrecadação. É triste que a Procempa, hoje, seja motivo de uma discussão que envergonhe o município de Porto Alegre, que é uma prática de colocar segmentos empresariais sobre o controle daquilo que é público, para favorecer interesses corporativos. Na nossa opinião é isso que vem acontecendo desde o início do ano, com a discussão do PLE aqui nesta Casa, que foi aprovado, com uma tentativa de colocar a Procempa, hoje, à beira da extinção, como foi feito também com a Carris, abrindo uma reflexão sobre a forma como a Prefeitura está atuando em várias áreas, privilegiando o privado em vez do público, criando concessões de décadas para grupos empresariais administrarem setores estratégicos, deixando a população excluída de decisões importantes da nossa cidade. É isso que traz ao debate essa decisão do Ministério Público de Contas. E nós esperamos que seja cumprida imediatamente, com afastamento da presidente Leticia Batistela, da Procempa, porque há um nítido conflito de interesse. Quem está à frente do segmento empresarial da tecnologia da informação não pode colocar um cargo público ao serviço e ao interesse dessas empresas. Era essa a nossa questão do dia de hoje; também mandamos a nossa saudação e solidariedade aos trabalhadores dessa empresa tão importante para nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, vejam só o que está acontecendo nesta cidade; você, cidadã, cidadão que paga impostos, vocês sabem para onde está indo o imposto? Vai para a Procempa. E quem administra a Procempa? Leticia Batistela. E o Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas do Estado – não é pouca coisa – o que diz? Sabe o que o Ministério Público? É o órgão que busca fiscalizar para manter o dinheiro do povo para o povo e não para interesses individuais. Olha só o que ele diz aqui: conflito de interesses, alega que, ao mesmo tempo em que ela trabalha para empresa pública, trabalha para empresa privada e em entidades de empresas do setor privado, a Federasul. Federasul ao mesmo tempo em que trabalha para a Procempa, não acredito – não acredito! Eu quero alguém do governo

venha aqui desmentir isso. Isso tem que ser desmentido! É o escândalo sem precedentes nesta cidade, não tem precedentes! E eles diziam: “nós indicamos técnicos para as empresas”. Mas que técnica, hein? Mas é uma técnica brilhante mesmo! É a técnica da perfeição, só não é para o povo, não é para o interesse coletivo. Quais são os interesses que estão por trás? Quais são os interesses que estão por trás? – é uma pergunta! Porto Alegre tem que ter resposta, o líder do governo Sebastião Melo tem que vir se pronunciar. Nós, do Partido dos Trabalhadores, das trabalhadoras, toda a bancada – Oliboni, Laura, Leonel, dentre tantos outros –, exigimos que o governo se pronuncie sobre isso. O Ministério Público falou que tem 30 dias para ela ser demitida, vai aumentar a fila do Sine, infelizmente, lembrava para nós aqui a Ver.^a Laura – infelizmente! Mas é uma empresa pública, como é que uma pessoa está numa empresa pública e numa privada ao mesmo tempo? É praticamente um super-herói: trabalha 24 horas por dia, não dorme. E ela tem cargo de diretoria, ou seja, é RDE. O celular toca e tem que atender, mas aí toca da Procempa e toca o outro, qual que atende primeiro? Qual? Presidente Leticia, qual tu atendes primeiro, o telefone da Procempa, do emprego público, ou é o outro telefone? Eu acho que o telefone que ela atende não é o da Procempa, eu acho, porque a Procempa foi alvo aqui de um projeto de lei de destruição e ela não veio defender a Procempa. Como é que, sendo presidente de uma instituição pública, tu não vens defendê-la? Ah não, foi o prefeito que a indicou, e o conselho nomeou, por isso não veio defendê-la, porque o prefeito indicou. Aonde está o prefeito? Não está em Porto Alegre, não está em Porto Alegre! Aonde está o vice-prefeito? Não está aqui. Aonde está a cidade? Está aí jogada às traças, esburacada, faltando 5 mil vagas em creches, com filas do SUS aumentando. Foi autorizado a comprar a vacina com recurso próprio, em março, não comprou. Ele só faz o que dá na telha. Esta é a frase: só o que ele bem entende! Ele foi, como se diz no linguajar popular, “pras Europa”! Foi fazer o quê? Se aqui a pessoa passa fome, há desemprego, não resolve os problemas locais e vem falar em inovação! Inovar o quê? Para mim, isto que é inovação: a pessoa em duas empresas. É verdade isso ou não é? Nós exigimos a resposta! Não é possível que uma pessoa tenha um cargo no governo e tenha cargo em outros lugares. É natural que o povo fique indignado com os políticos, e nós pagamos o preço. Eu não faço parte do governo, e pago o preço. A gente caminhar nas ruas e o pessoal diz assim, apontando o dedo: Olha lá o político, olha o político!” Mas eu não estou no governo indicando isso, eu não tenho o poder de decisão dessas coisas. Nós não temos e pagamos pelos outros! É triste querer mudar a política, fazer a boa política, construir uma cidade para frente. O governo fora de Porto Alegre, e a bomba estourando. Agradeço a todos que nos ouviram e vamos aguardar os esclarecimentos do governo que aqui tem que se pronunciar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde colegas, Presidenta Mônica, sempre bom vê-la ocupando esse espaço; a todos que nos acompanham na tribuna. Eu subo aqui em período de liderança pelo PCdoB, primeiramente, para falar sobre esta carta, que foi entregue por grupo de professores para secretária da Educação, e o grupo nos procurou porque não obteve retorno. Esta carta ela fala, justamente, da retirada da filosofia, da diminuição dos períodos da geografia, da história e da inclusão do ensino religioso, lembrando sempre que o Estado é laico, eu acho que essa é uma observação muito pertinente. Então reforço aqui o pedido, porque acho que é importante que tenha um espaço mais amplo de debate, uma vez que o período que se teve para isso, sem ter um grande congresso, sem ter uma mobilização mais ampla, foi um período de um mês e meio. Ora, como mudar todo um currículo, toda uma grade curricular da educação... Lembrando sempre que a educação da escola é pública, porque aquilo que tange às escolas privadas se mantém da mesma forma. Como é que a gente vai privar parte da população de um ensino crítico, de uma construção crítica embasada na filosofia, cerceando, delimitando e apontando para que seja somente uma mão de obra qualificada, com português e matemática? E é por isso que solicitam o aumento dessas duas disciplinas. Então, eu acho que é importante, faço aqui esse movimento de apoio a esse grupo que se une para defesa desse debate mais amplo, porque isso se faz mais do que necessário.

Também venho aqui falar da decisão judicial que diz que o MTST, que fez uma cozinha comunitária no bairro Azenha, cozinha essa que já atendeu mais de 1,2 mil pessoas com alimentos, nesse período de nove dias aberta. Esse mesmo movimento recebeu uma ordem para que se retirasse em 48 horas. Eu não sei se todos vocês estão a par, mas faço questão de ressaltar que esse era um espaço abandonado, esse era um espaço que estava improdutivo e que ganhou vida com uma horta comunitária, que ganhou vida com arte, com cultura e com um processo educacional naquele ambiente, mas que, principalmente, estava dando conta de uma lacuna deixada pelo poder público, a partir do momento em que o próprio secretário de desenvolvimento do Município e a Secretária do Desenvolvimento do Estado dizem: “ora, aqui nós não temos equipamentos que façam esse movimento, então encaminhem para rede”. Se tem esse reconhecimento, por que, agora, de forma tão urgente, precisam ser retirados? Eu acho que é importante deixar aqui registrado esse apoio, porque se trata da fome, e a fome aumentou em momentos, como este, tão duros, com o aumento da desigualdade por conta do desemprego, do cerceamento das políticas públicas, que a gente sabe muito bem para que lado apontam. Isso se faz fundamental, é a urgência do dia, porque, além de dar conta da população em situação de rua daquela região, também dá conta de parte dos trabalhadores que não conseguem receber valor suficiente, Pedro, para comprar o alimento naquele momento, no dia. Isso é muito triste, são ambulantes, são entregadores, são pessoas que já sofrem cotidianamente com a ausência de política pública efetiva. Então essa é uma responsabilidade nossa, acho que isso é importante.

Da mesma forma também, aproveito para falar aqui, Ver. Matheus, que ontem participei a seu convite da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, da qual participou a Secretaria do Desenvolvimento, a FASC e entidade para falar do Projeto PopRua. Ressalto aqui a irresponsabilidade desse projeto sem ter uma elaboração de prazo, sem falar em investimento num momento tão duro. Foi uma importante iniciativa da comissão, importante mobilização para evidenciar a necessidade de algo, que jamais existiu, voltado para essa população, que se chama “política pública”. Fazer movimentos de forma paliativa, pincelar por conta de tamanha necessidade de um olhar muito mais crítico, de uma construção que precisa de absolutamente tudo, mas principalmente da dignidade, pois essas pessoas são frutos de uma desordem, e essa desordem, esse caos gerado precisa, minimamente, ter um debate interseccional, precisa ser olhado pela Secretaria da Cultura, precisa ser olhado pela Habitação, precisa ser olhado pela Educação, precisa ser olhado pelo Desenvolvimento Social, mas precisa ser responsável. Apresentar um projeto sem prazo, apresentar um projeto que não fala de custos, de investimento, apresentar um projeto que a gente não consegue, sequer, vislumbrar o prazo ao qual vai ser efetivado cada uma das ações é mais do mesmo, é simplesmente para dizer que apresentou e, logo, retirar a responsabilidade. Nós, do PCdoB, nos colocamos contra isso porque definitivamente não fala da realidade, e a realidade é que as ruas estão cada vez mais lotadas, o perfil é muito múltiplo, é diverso, mas a maioria das pessoas que está na rua é negra, e aí a gente precisa olhar com ainda mais responsabilidades para isso. Definitivamente é um projeto que não dá conta porque não está planejado, porque não está programado para isso. Mais do mesmo, mais uma vez.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, realmente esta é uma semana de boas notícias para Porto Alegre. O prefeito Sebastião Melo está na Espanha, junto com o governador Eduardo Leite, e já conseguiu uma grande conquista para festejarmos os 250 anos da nossa cidade, trazendo para cá, no ano que vem, uma das maiores feiras de inovação, a South Summit. Essa é uma vitória da união daqueles que podem ajudar: o governo do Estado, a Prefeitura e a população. E certamente nós, vereadores, não ficaremos longe disso, nós estaremos juntos para festejar os 250 anos da nossa capital.

Agora, eu queria falar de um importante congresso que vai acontecer em Porto Alegre, nos dias 8 e 9, I Congresso Brasileiro sobre Adulterez Madura. Temos muitos vereadores aqui, na Casa, que se preocupam com a terceira idade, mas eu gostei muito dessa nomenclatura, que as psicólogas, que essas mulheres guerreiras estão fazendo sobre adulterez madura. Nesse primeiro congresso, estarão presentes, além de profissionais de todo o Brasil e da América Latina, a sede é em Porto Alegre, mesmo

que seja virtual, não se sabia ainda se poderia ou não ser presencial, mas a iniciativa tem que ser louvada. Nos dias 8 e 9, a partir de Porto Alegre, se fará esse grande congresso sobre adulez madura. Nós temos a Ver^a. Tanise Sabino, que é psicóloga igual as suas colegas, valentes colegas. Em nome da Dra. Jussara, queria cumprimentar quem está organizando esse congresso porque é de uma importância enorme. Vereadora Psicóloga Tanise Sabino, V. Exa. é convidada, é vereadora desta Casa e pode ter certeza que esse congresso representará muito, trazendo profissionais do Brasil inteiro e da América Latina toda. Então, contem com o apoio, não só deste vereador, mas da Câmara Municipal de Porto Alegre para o sucesso desse evento importante. Quero cumprimentar mais uma vez quem está organizando esse congresso pela sua importância, pela sua atualidade, no momento em que todos nós precisamos de um apoio, e na idade madura, na adulez madura mais ainda. Parabéns! Eu já estou nessa idade, Psicóloga Sabino, adulez madura, e eu me sinto muito contemplado com esse congresso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum para ingresso na Ordem do dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h58min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0575/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/21, que dispõe sobre incentivo à regularização das transações imobiliárias com a concessão de redução de alíquota do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). **(SEI 118.00168/2021-21)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão PLCE nº 012/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu quero ser breve, Ver. Idenir Cecchim, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste. O que ocorre com este projeto do Executivo? Digo respeitosamente isso, sei que é possível sustentar posições distintas quanto ao tema. Mas vejam bem, desde o governo Fortunati, Ver. Delegado Cleiton, V. Exa. era vereador também, que há uma tentativa, há uma ideia, há uma reivindicação de setores imobiliários e de cartórios com relação a esse tema, e de cartórios para aumentar o número de registros e, portanto, aumentar os seus lucros. Digo respeitosamente isso, está aqui o ex-vereador secretário Cassio, e temos divergências pontuais aí, mas respeitadas. Então, essa reivindicação, que é dos cartórios e das grandes imobiliárias ou incorporadoras, vem desde o governo Fortunati ou pelo menos existia, não sei no governo passado como foi. A procuradoria da Casa aponta inconstitucionalidade. Votei contra na CCJ, isso o Ver. Felipe Camozzato deve lembrar, nosso presidente. O projeto, do meu ponto de vista, não tem nenhum benefício para a população e prejudica o erário porque o fato de 6, 4 ou 2% não vai alterar para a população, para os mais pobres, meu grande amigo Jonas, por quê? Por que os mais pobres não vão fazer igual, os bem pobres não vão fazer, porque é registrar ou comprar comida. Não dá, vai ter que optar pela comida. Agora isso interessa muito no setor de classe média aos cartórios e, nos setores de classe média alta, às imobiliárias que vendem e querem que as transações ocorram e sejam regulares e regulamentadas. O problema, e isso não é errado, é que o erário municipal perde dinheiro. Não é essa a política que se faz. Eu tenho convicção, nós estamos aqui defendendo um erário de qual o próprio Executivo quer abrir mão de parte dele, mas tenho convicção absoluta de que toda a vez que se diminui a capacidade financeira do Município, econômico-financeira, nós atingimos os mais pobres sempre. Tenho, Delegado Cleiton, a grande lição do comandante Leonel Brizola: o patrimônio público é o patrimônio único daqueles que não têm nenhum patrimônio. Isso é patrimônio público, o patrimônio dos que não têm nada. Ora, quando se atinge o erário municipal, quando se atinge o dinheiro público do Município, quando se diminui esse dinheiro, é claro que se está atingindo quem precisa dos benefícios da municipalidade, não são os setores de classe média ou classe média

alta, são os que mais precisam. Primeiro, o governo vem e diz que, privatizando ou vendendo a Carris, sobram tantos milhões de reais, e aí tudo está resolvido; antes disso, já vinha o governo dizendo que, regularizando a questão do Previmpa, iam sobrar tantos milhões de reais e tudo estaria resolvido; antes disso, o governo veio dizendo que tinha que acabar com a Procempa, pois só dava despesa, e aí estaria tudo resolvido. Mas vem cá, é isso, é para terminar com a empresa pública, com o serviço público, com o servidor público, mas para fazer qual benefício? Aumentar as idas nos cartórios, porque a reivindicação é deles, dos cartórios, que ganham milhões de reais ao mês. A reivindicação é das grandes imobiliárias que também ganham milhões de reais ao mês. E para o público que precisa do dinheiro do Município, bom, aí não tem. Ou alguém conhece algum auxílio emergencial que o Município andou dando? Alguém conhece alguma ajuda que o Município andou dando recentemente, neste ano da pandemia? Nenhuma! Zero! Portanto, na discussão, Sr. Presidente, agradeço este tempo e digo: não é possível votar favoravelmente a este projeto, ele é ruim para Porto Alegre, especialmente para os mais pobres da nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Cecchim, está tendo algum problema aí? Porque estão falando junto com o orador na tribuna. Eu estava escutando a voz da Ver.^a Comandante Nádia. Não sei se está tendo alguma interferência.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É falha nossa, minha e do diretor legislativo, que deixamos o microfone aberto. Ainda bem que não se falou nada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Exatamente, mas é que atrapalha para a gente prestar atenção, só por isso, desculpa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Há alguém para discutir a matéria? (Pausa.) Vou suspender a sessão, por dois minutos, até que se possa receber as emendas dos colegas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h37min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h45min): Estão reabertos os trabalhos.

Senhores vereadores, eu estive conversando com o secretário dos festejos dos 250 anos da cidade de Porto Alegre e há uma sugestão que eu achei muito interessante, Vereador Cassia Carpes: cada vereador, os vereadores de todos os partidos, possam destinar recursos para fazer um evento na comunidade. Por exemplo, o Ver. Matheus pode fazer um evento na Zona Norte ou na Zona Sul destinando uma verba específica para tal evento comemorativo aos 250 anos. Eu acho que essa é a maneira

mais democrática de levarmos cultura, de levarmos a festa dos 250 anos de Porto Alegre para as pessoas que, muitas vezes, não podem comemorar, e nós queremos que todos comemorem. Eu convido todos os vereadores a fazerem as suas emendas para esse projeto democrático e que é para festejarmos, independentemente de raça, de cor, de posição social, de emprego, para todos os cidadãos de Porto Alegre poderem festejar os 250 anos da cidade. Então cada vereador pode fazer a sua emenda na Secretaria. Se o evento for sobre saúde, destina a emenda para a Saúde; se a comemoração será feita dentro da área da Cultura, destina para a Cultura, especificando para o que é. O Ver. Oliboni pode fazer lá no Morro da Cruz, estou dando um exemplo, uma sugestão, mas V. Exa. sabe o que fazer. Então podemos fazer isso especificamente em cada área, em cada Secretaria, para usarmos essas emendas impositivas para serem positivas para a sociedade. Obrigado.

Vereador Delegado Cleiton, vou aproveitar para citar o nome dos seus convidados aqui hoje, V. Exa. que está, para a nossa alegria, aqui na Câmara de Vereadores, como vereador hoje. Anunciamos a presença do Luciano Ramos, Consultor Legislativo da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul - Asdep, de Mário Flanir Oliveira Martins, Fábio Alabarce Prado e André Vaz Marcelino, respectivamente Presidente, Diretor Jurídico Institucional e Diretor Jurídico Político do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul - Sinpol - RS, e de Isaac Delivan Lopes Ortiz e Edgar Guilherme da Costa Filho, respectivamente Presidente e Diretor de Patrimônio do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul – Ugeirm/Sindicato. Sejam bem-vindos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 012/21. Não há necessidade da dispensa do envio às Comissões, porque a proposição tramita sob a égide do artigo 81 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 012/21. (Pausa.)

Vereador Alvoni Medina (REP): Meu nobre, teria como ler a emenda, por gentileza?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Claro, vereador, sem problema. (Procede à leitura da emenda nº 01 ao PLCE nº 012/21.) (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 25 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADA a Emenda nº 01, ao PLCE nº 012/21.

Passamos à Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 012/21.

(Procede-se à leitura da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE 012/21.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 012/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Mari Pimentel.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 012/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLCE nº 012/21.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, esse projeto é tão importante que eu gostaria de explanar que nós voltamos a regularização de imóveis, que, no velho contrato de gaveta, pagaria 3% de ITBI, e, se fosse registrado, vai pagar 1,5% nos meses de setembro, outubro e novembro de 2021. Baixa, portanto, de 3% para 1,5%, é uma grande oportunidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador, pelo registro.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 015/15. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Perfeito, Vereadora, colocaremos em votação, mas eu queria propor uma coisa, Ver. Camozzato e Ver.^a Nádia: que se vote as moções, que serão rápidas e, em seguida, voltaremos a esses dois projetos em respeito às pessoas que estão visitando a Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, solicito que submeta, inicialmente, aos senhores líderes, a formação de um bloco composto pelos Requerimentos de nº 210/21, nº 238/21, nº 249/21, nº 252/21 e nº 217/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Para valorizar os vereadores, nós vamos votar um a um.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 210/21 – (Proc. nº 00755/21 – Ver. Alvoni Medina) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à criação das Varas Especializadas do Idoso nas Comarcas do Rio Grande do Sul, e especialmente, na capital”. **(SEI 020.00025/2021-26)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 210/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 238/21 – (Proc. nº 0902/21 – Ver. Alvoni Medina) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei nº 2634/2021, de autoria do Senador Romário (PL), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de habilitação em todas as categorias a pessoas surdas ou com deficiência auditiva”. **(SEI 020.00029/2021-12)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 238/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 240/21 – (Proc. nº 0916/21 – Vers. Jonas Reis, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Pedro Ruas, Matheus Gomes e Airo Ferronato e Veras Karen Santos, Daiana Santos, Lauro Sito e Bruna Rodrigues) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à derrubada do Veto Orçamentário de recursos destinados à duplicação da Estrada Caminho do Meio.” **(SEI 210.00424/2021-69)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 240/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 249/21 – (Proc. nº 0965/21 – Ver. Delegado Cleiton) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “contra a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 32/2020, chamada PEC da Reforma Administrativa, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de autoria do Poder Executivo Federal.” (SEI 118.00295/2021-21)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 249/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Ramiro, da Ver.^a Comandante Nádia, do Ver. Felipe Camozzato, da Ver.^a Mari Pimentel e do Ver. Alexandre Bobadra.

Registro a presença do Comissário Júnior, representante da Associação dos Comissários de Polícia do Rio Grande do Sul - ACP - RS.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 252/21 – (Proc. nº 0976/21 – Ver. Cassiá Carpes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao árbitro Rodrigo Crivellaro Dias da Costa e ao Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul em razão da lamentável e covarde agressão sofrida na partida entre o Guarani, de Venâncio Aires, e o São Paulo, de Rio Grande, válida pela 12ª rodada da Divisão de Acesso do Campeonato Gaúcho.” (SEI 023.00025/2021-23)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 252/21. (Pausa.) **O** Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, não tinha como deixar esse acontecimento passar em branco, que foi, permitam-me colegas... Os colegas estão aqui muito, mas tudo bem. Quero pedir a compreensão de vocês, pois não poderia deixar passar em branco essa agressão covarde por um atleta que já tinha até antecedente histórico contra o nosso jovem árbitro Rodrigo Crivellaro Dias da Costa, do Sindicato dos Árbitros do Rio Grande do Sul, para que nós pudéssemos fazer essa moção de apoio. Espero que ele possa se recuperar e voltar a sua atividade normal. Foi um caso atípico do futebol. Imagina se o árbitro tivesse dado cartão vermelho, Cecchim, pois com o amarelo foi agredido daquela forma covarde, e nós sentimos muito. Está falando aqui quem foi, no passado, presidente Sindicato dos Atletas. Se, naquela época,

tivesse acontecido isso, seria terrível. Então, nós temos que reprimir e não deixar acontecer questões brutais, covardes como as que aconteceram contra esse árbitro. Então, nós estamos, em nome da Câmara, nos solidarizando com o árbitro e mandando cópia da moção ao Sindicato do Árbitros, à Federação Gaúcha de Futebol e também ao dirigente que comanda as arbitragens no Rio Grande do Sul. É nesse sentido que nós pedimos a compreensão de todos os vereadores para provar essa moção de solidariedade ao árbitro que foi, lamentável e brutalmente, agredido no jogo de acesso do Rio Grande do Sul entre Guarani de Venâncio Aires e São Paulo de Rio Grande.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado Vereador, certamente será aprovada a sua moção.

Em votação o Requerimento nº 252/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro, a pedido do Ver. Jessé Sangalli, a intenção de ter votado contrariamente ao Requerimento nº 249/21.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 217/21 – (Proc. nº 00779/21 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à escritora Jéssica Düber, em virtude de sua coletânea intitulada: Morrer de Forma Determinada. Manual para um suicídio racional.”. **(SEI 215.00089/2021-02)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 217/21. (Pausa.) A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde Presidente e demais colegas vereadores, colegas de bancada, Ver. Byl e Ver. Hamilton. Eu venho a esta tribuna para compartilhar com os senhores e senhoras a nossa irrisignação com a coletânea de livros da autora Jéssica Düber, intitulada “Morrer por conta própria. Manual para um suicídio racional”. Essa coletânea tem três livros em que a autora ensina alguns procedimentos sobre como realizar um suicídio. Isso é um absurdo e nós temos tratado a questão do suicídio como um problema de saúde pública. Os dados são alarmantes: de oitocentas mil a um milhão de pessoas realizam suicídio no mundo; a cada dez tentativas temos um suicídio. O público de 15 a 29 anos é o que mais realiza o suicídio, mas também um público idoso, acima de 60 anos. Então, com

certeza, é um tema para o qual nós temos que estar atentos, é um absurdo e nós precisamos, sim, falar sobre a questão do suicídio, mas da forma correta, falando sobre os fatores de proteção, os fatores de risco, como evitar e como ajudar. Então, eu quero pedir apoio aos colegas vereadores e registrar a nossa indignação. Eu, como psicóloga, como Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio, quero pedir os vereadores que votem favoravelmente a essa moção de repúdio e registrar que essa venda de livros pelo site pelo qual estão sendo vendidos... A Amazon retirou os livros em português, entretanto ele continua sendo vendido em outras línguas. Nós não podemos aceitar a venda desse livro em qualquer língua. Então, por isso, eu quero pedir o apoio dos nobres vereadores, para que votem sim para essa moção de repúdio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 217/21.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Nós agora tivemos o Setembro Amarelo de Combate ao Suicídio. A gente vê que a justiça deveria se manifestar proibindo uma situação dessa; uma pessoa que faz esse tipo de coisa em livros, de forma atirar a própria vida, uma pessoa dessa deve estar fora do seu juízo normal, não deve ser uma pessoa que tenha a sua mente funcionando de uma forma normal, porque, como a nossa Psicóloga Tanise Sabino falou, se suicidam, por ano, quase um milhão de pessoas.

E a gente vê situações dessas, literaturas desse tipo, manuais ensinando como tirar a própria vida. É uma coisa vergonhosa. Aonde está a nossa justiça? Acho que o governo federal deveria tomar uma atitude também em relação a isso. É inadmissível uma situação dessa, é inadmissível, inaceitável. E nós, como vereadores, como parlamentares que estamos à frente de uma população, não podemos nos calar diante de uma de uma coisa tão terrível como essa. Eu me sinto até envergonhado de ouvir uma coisa desses e de saber que existem pessoas, no mundo, que ainda têm coragem de apoiar uma barbaridade dessa, uma coisa vergonhosa como essa. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 217/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 015/18. Após retornaremos à ordem normal. (Pausa.) Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0885/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que inclui parágrafo único no art. 29 e altera o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 30, todos na Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos –, e alterações posteriores, estipulando casos em que a Fiscalização da Fazenda Municipal terá de apresentar laudo que fundamente a reestimativa fiscal feita a partir de requerimento do contribuinte. **(SEI 203.00017/2020-88)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. João Bosco Vaz;
- com Emenda nº 05, do Ver. Felipe Camozzato;
- retiradas as Emendas nºs 02, 03 e 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCL nº 015/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCL nº 015/18.

(Procede-se à leitura da Emenda.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLCL nº 015/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Cecchim. Vou fazer um encaminhamento rápido, muito mais para registrar os agradecimentos ao governo municipal, à equipe da Fazenda, ao secretário Fantinel e a toda equipe técnica que vem construindo, na verdade, junto conosco, desde 2018, este projeto. E agora, mais recentemente, nós tivemos uma reunião onde, através da Emenda nº 06, que eu e Ver. Cecchim, líder do governo, assinamos, colocando algumas etapas, algumas regras importantes para essa questão de transparência do ITBI, e que são muito bem-vindas para colaborar com a construção do projeto. A ideia do projeto, eu até falava antes com o Ver. Pedro Ruas, é justamente nós termos mais transparência no ITBI, e a equipe da Fazenda vem montando, fazendo um excelente trabalho montando uma plataforma, Ver. Ramiro e Ver.^a Fernanda, onde, em breve, teremos disponíveis para todo cidadão de Porto Alegre a visualização das negociações e ITBIs feitos em Porto Alegre, dando mais transparência e reduzindo a carga de críticas e recursos que são feitos para a Prefeitura por conta desse tributo. No passado, nós identificamos, lá em 2018, que existia um grande número de reclamações justamente por falta de equivalência entre o valor cobrado no ITBI e o valor transacionado do imóvel. E para dar essa transparência, então, nós propusemos este projeto, e, mais uma vez, agradeço ao governo, na pessoa do líder Ver. Idenir Cecchim, que assina a Emenda nº 06 junto comigo, e também a toda a equipe técnica, que ajudou a construir um texto que está de acordo com aquilo que Porto Alegre espera: mais transparência, melhor governança e, obviamente, o melhor serviço para o cidadão. Eu agradeço a colaboração de todos e desejo aí que nós possamos aprovar o projeto e também a nossa Emenda nº 06, do Ver. Idenir Cecchim e minha, e possamos votar os demais projetos nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 015/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLCL nº 015/18.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Questão de Ordem): O projeto que estamos votando é o nº 015/18? É esse? Eu começo a me preocupar, porque eu tenho 20 anos de Casa e se tem uma coisa que eu aprendi... Só um pouquinho. Eu não posso falar, então? Não é questão de ordem? A questão de ordem é simples, é que aqui tem um parecer do procurador, como vem acontecendo em muitos projetos, que diz que o projeto é inconstitucional e ilegal à proposta em questão no quanto estaria a dispensar de fundamentação o ato de reestimativa fiscal. É que, como visto acima, a reestimativa fiscal sempre haverá de ser motivada." Eu me oriento por um parecer jurídico. E eu quero entender o que que está acontecendo. Porque votar... Nós estamos voltando projetos com pareceres inconstitucionais, através do procurador desta Casa. Neste

momento eu gostaria de uma explicação. Para que serve o procurador, então? Realmente, eu nunca vi isso acontecer! Eu não sei qual é a graça, mas é muito grave.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, apenas para esclarecer, eu acho muito válido o questionamento da Ver.^a Mônica e nós fizemos emendas para esclarecer os pontos de divergência do procurador; a Procuradoria do Município também esteve olhando o texto e por isso também que, em parceria com a Secretaria Municipal da Fazenda, com a Secretaria de Relações Institucionais, nós construímos o melhor texto para a cidade, porque nós temos a convicção de que não só é constitucional, como também é benéfico para o cidadão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro de ambos os vereadores.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É importante, é importante que tenhamos atenção a essa questão, porque logo após, nos próximos dias, nós votaremos projeto sobre a manutenção ou não da Procuradoria. E eu já adianto posição pela manutenção. Então, a observação da Ver.^a Mônica Leal tem pertinência, há outras posições em contrário, são também defensáveis, mas esse tema é importante, sim, Presidente. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à coleta dos votos para a Emenda nº 01 ao PLCL nº 015/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 31 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLCL nº 015/18.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLCL nº 015/18.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, a Emenda nº 05 ao PLCL nº 015/18. (Pausa.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 18 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

Vereadora Mônica Leal (PP): A votação não foi encerrada?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ainda não, não encerrei.

Vereadora Mônica Leal (PP): Mas como, se nós votamos e deu o resultado?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não encerrei ainda. A Ver.^a Lourdes Sprenger queria votar e ainda está...

Vereadora Mônica Leal (PP): Não, isso não existe. Não existe!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, isso não pode, independentemente do mérito, Presidente, não é possível aguardar sem dar o resultado da votação, independente do mérito, não quero entrar no mérito, mas não é possível.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Todos vereadores confirmam suas votações? Alguma alteração? (Pausa.) **REJEITADA** por 18 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**, a Emenda nº 05 ao PLCL n.º 015/18. Passamos à Emenda nº 06 ao PLCL n.º 015/18.

LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 06 ao PLCL n.º 015/18.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLCL n.º 015/18, por duas sessões.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, nós estamos num debate, que a questão de forma tem toda relevância. Respeito o requerimento do Ver. Idenir Cecchim, mas nós estamos na votação. Como será adiado? Como será feito o adiamento, nós estamos votando.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A orientação do diretor legislativo é que, enquanto não estiver encerrada a votação, cabe o adiamento.

Em votação o requerimento de autoria do Vereador Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0151/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou *in natura*, a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal. (SEI 212.00023/2021-15)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLL nº 044/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.)

A Ver.^a Mônica está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Comandante Nádia, vereadores e vereadoras, uns dias atrás, eu me fiz um juramento: na próxima encarnação eu quero vir menos legalista, porque eu sofro com isso. Eu aprendi na minha vida a disciplina e o cumprimento da lei, lembro muito bem de uma frase: não existe mais ou menos lei, a lei é para todos. Nós fazemos leis, nós somos legisladores, nós temos obrigações, entre elas a primeira e mais séria, é sermos os primeiros a cumprir a lei, a mostrar o respeito pela lei. Se é inconstitucional, se é ilegal, eu não posso votar, eu não durmo de noite. Referente ao que aconteceu aqui, eu lastimo profundamente. Não é contra ninguém, é contra descumprir a lei. Isso para mim é demais. Sobre o projeto em questão, eu quero dizer para os senhores e as senhoras, que quando se faz um projeto, que é reprise de uma lei federal, o mesmo passa a ser inconstitucional. É simples assim, não é uma lei que vai regulamentar outra lei, já existe a lei federal. Não adianta a nossa lei aqui, ela não vai regulamentar a lei federal. O decreto, sim, é um instrumento legal que vai regulamentar, de forma administrativa, essa lei que já existe que é a lei federal. Ou seja, esse decreto vai definir a forma como as partes irão operacionalizar. Isso é competência exclusiva do Chefe do Executivo, o Sr. Prefeito Sebastião Melo, é simples assim. Por esse motivo, não entrei com projeto de lei, porque eu estudei a lei federal, estudei as competências, não posso, eu não posso fazer um projeto que é reprise de uma lei federal. Então, em nenhum momento contra ninguém, apenas porque esta é a Casa Legislativa da capital do Rio Grande do Sul. Ela tem que ser a melhor, ela tem que dar o exemplo, não pode ser assim, no jeito, no jeitinho, não! Então a gente não pode desconsiderar uma lei federal, todos nós temos obrigações, se eu não sei disso, eu tenho que me assessorar juridicamente, e é o que eu fiz. Por esse motivo, eu fiz um projeto

indicativo, não é minha competência legal, eu não tenho essa competência, a competência é do Executivo é do Chefe do Executivo, ou seja, o Prefeito desta cidade. Lembrem sempre do que eu vou dizer, agora fiquem à vontade para votar como quiserem, mas lembrei desta frase do Pedro Américo Leal: legislar sobre matéria já existente é inconstitucional. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Jonas Reis, da Ver.^a Laura Sito e do Ver. Leonel Radde, ao PLL n.º 044/21.

Registramos que a Emenda n.º 01 ao PLL n.º 044/21 foi, tempestivamente, apresentada ainda durante a discussão geral.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, diretor. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 044/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, caros colegas, nós vimos aqui encaminhar nosso voto favorável ao projeto que aqui fazemos uma referência ao seu mérito. Pois seria extremamente contraditório, nós que temos diversas iniciativas legislativas de combate à fome nesta Casa no conjunto da oposição; assim como apoiamos diversas iniciativas da sociedade civil no combate à fome: como as cozinhas comunitárias; como o caso da cozinha solidária da Azenha, que inclusive está sob ameaça de ser despejada, ter a desocupação sendo que tem distribuído refeições para mais de 600 pessoas ao longo desses últimos dias, nós votarmos contrários a esse projeto. Fizemos a emenda, que foi apregoada recentemente, em concordância com a autora deste projeto, a Ver.^a Fernanda, no intuito de poder qualificar e garantir que o poder público possa fazer a fiscalização dos protocolos, garantindo a segurança sanitária da distribuição desses alimentos. Vivemos num país que infelizmente retornou ao mapa da fome, após muitas décadas de luta para que o Brasil saísse do mapa da fome. Isso, para nós, do Partido dos Trabalhadores, e acredito que também para o conjunto dos nossos partidos da oposição, é uma lástima muito significativa, que nós tenhamos visto pessoas na fila do osso, pessoas voltando a buscar alimento dos lixões. Portanto não poderíamos fazer outra coisa que não apoiar um projeto que vem no intuito de reforçar o combate à fome. E acreditamos que ele não é inconstitucional tendo em vista que, na verdade, ajuda a regulamentar uma lei federal. E neste âmbito, nós, obviamente nos colocamos no tema da renda, no combate à fome, como parceiro de todo e qualquer iniciativa que obviamente cumpra um conjunto de valores, de visões, o compromisso do poder público nesse sentido. Portanto encaminhamos aqui o nosso voto favorável à emenda, e assim aprovada, também favorável ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n.º 044/21, como autora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, colegas, quem nos assiste na TVCâmara. Então, esse PLL n.º 044, da doação de alimentos é o segundo projeto que eu apresentei na Casa, ele vem para regulamentar a doação de alimentos no Município. Foi escrito em fevereiro, protocolado em março, infelizmente, levou todo esse tempo para poder ser votado. A gente sabe que a fome não espera, que a fome é algo urgente, ainda mais na crise que nós vivemos durante essa pandemia. O parecer, que foi votado unanimemente na CCJ, dá por claro que o projeto não é inconstitucional. Se nós quisermos desconsiderar uma votação unânime da CCJ é o mesmo que dizer que a Comissão de Constituição e Justiça da Casa não serve para nada, o que está muito longe da verdade. O PLL n.º 044 teve votação favorável na CCJ, do Ver. Camozzato, Ver. Janta, da Ver.^a Nádia, do Ver. Radde, do Ver. Mauro Pinheiro, do Ver. Ramiro Rosário; na CUTHAB, do Ver. Cassiá, do Ver. Gilson Padeiro, do Ver. Hamilton Sossmeier, do Ver. Pablo Melo, do Ver. Robaina; e na COSMAM, do Ver. Jessé, da Ver.^a Cláudia Araújo, do Ver. Freitas e da Ver.^a Tanise. Inclusive com os votos da oposição, o que demonstra que essa pauta é algo que converge pelo mérito aqui na Casa. São as grandes coisas, os grandes problemas da sociedade, que têm essa capacidade de convergir a Casa, seja esquerda, seja direita, seja oposição, seja situação, porque assim que se faz a boa política. Quando um projeto é muito acima de qualquer questão pessoal ou ideologia, ele tem que convergir a Casa, e é assim que se faz a boa política. E a Casa está dando um exemplo nesse sentido. Espero de coração que algo tão importante que vem ao encontro do que a população mais precisa e deseja, em um momento tão delicado, seja aprovado por unanimidade aqui na Casa. Por fim, quero destacar que a minha equipe e eu estamos a par de todos os projetos dos colegas que tramitam na Casa, sempre no cuidado para colaborar, nós temos projetos em conjunto com o Ver. Hamilton Sossmeier, o primeiro projeto que eu protocolei, que foi o do *homeschooling*, ele me procurou e assinamos juntos; eu tenho projetos em conjunto com o Ver. Felipe Camozzato, com o Ver. Ramiro Rosário, com o Ver. Cassiá Carpes, com a Ver.^a Cláudia Araújo, com muitos vereadores aqui da Casa, porque eu acredito que é na convergência que a gente faz a boa política e eu não busco espaço pessoal nesse tipo de coisa. Jamais serei desleal com qualquer colega aqui na Casa nesse sentido, porque pratico a ética na minha vida diária, a boa política. A Comissão de Constituição e Justiça emitiu o seguinte parecer, que foi votado por unanimidade (Lê.): “Ementa: Autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou *in natura*, a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal. Vem a esta Relatora, para parecer, o projeto de Lei em epígrafe. O projeto já passou pela análise da Procuradoria Jurídica, desta Casa Legislativa, constante no documento n.º 0242714, em que opinou pela não necessidade do prosseguimento”, dizendo que era inócuo. Pois eu discordo do parecer do procurador, e a CCJ também discordou do

parecer do procurador, e é legítimo nesta Casa discordar do parecer do procurador, senão, repito, a CCJ não teria utilidade nenhuma. “Dito isto, de pronto, cabe ressaltar que o Projeto de Lei em tela, conforme justificado por sua autora, Vereadora Fernanda Barth, na exposição de motivos: ‘...Por óbvio, não é matéria de competência municipal definir as instâncias nas quais seria cabível a responsabilização do doador, mas cabe ao Município oferecer seu entendimento sobre os limites que implementará à ação, garantindo maior segurança jurídica e, conseqüentemente, fomentando o fornecimento gratuito de alimentos por estabelecimentos industriais e comerciais em nossa Capital.’” Não é o único ponto, também diverge em outros aspectos da lei federal, e a emenda feita – muito bem-feita, e eu agradeço aqui a participação do bloco de oposição – vem a melhorar ainda mais o projeto. Eu quero deixar aqui muito claro que espero ver esse projeto aprovado, regulamentado e assinado pelo prefeito Melo e pelo vice-prefeito Ricardo Gomes, e, na ocasião, eu não vou ter nenhum problema, nenhum constrangimento em convidar a Ver.^a Mônica Leal para estar junto e assinar junto, porque ela teve a ideia do decreto e eu vejo mérito na ideia da vereadora. Eu não vejo problema nenhum em estarmos juntas nas grandes causas desta Casa, porque assim que eu faço e acredito a política. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 044/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver.^a Nádia; quero cumprimentar os colegas vereadores, e só dizer que eu quero não apenas cumprimentar a Ver.^a Fernanda pelo projeto, como eu quero esclarecer aqui os colegas, especialmente aqueles legalista, que atentem ao processo legislativo e atentem a ler as emendas e ler os pareceres, porque os vereadores estão sendo desinformados por quem diz prezar pela informação. O procurador da Casa falou, sim, sobre o respaldo em lei federal, mas está muito claro na tramitação que o artigo 4º do projeto de lei da Fernanda revoga a lei municipal, portanto é pertinente e é importante para fazer valer aquilo que é a intenção e o objeto do projeto. Da mesma forma, no projeto anterior, a Emenda nº 05, que foi uma emenda construída pelo governo, no projeto ITBI, os vícios que se tinha, de tramitação, foram corrigidos com retiradas de emendas anteriores. O parecer do procurador – vamos lembrar aqui processo legislativo, Ver. Gilson – é feito no início do trâmite do processo legislativo, ele não faz avaliação das emendas que vêm *a posteriori*; quando ele aponta óbice e tem emendas posteriormente corrigindo o óbice, o projeto não mantém aquele vício, ele é corrigido, que foi o que aconteceu anteriormente, inclusive com contribuição do governo. Agora, vereadores que se dizem legalistas, que se dizem pessoas informadas e que querem informar os colegas, estão desinformando, porque não leram o processo, não entendem o processo legislativo e querem apenas retaliar colegas. Pior, prejudica o cidadão de Porto Alegre e o governo municipal, porque agora a Fazenda municipal não tem um regramento que beneficiaria a eles

poderem ver como contestar os valores de ITBI, e não traz à população uma plataforma de transparência de ITBI para todo cidadão ser beneficiado. Nós vamos ter que ver agora como construir alternativamente, em outros projetos ou mesmo na redação, porque é interesse do cidadão, da Fazenda e da Prefeitura que seja feito. Por isso eu agradei aqui inicialmente pelas contribuições, isso não veio da minha cabeça nem da cabeça da minha assessoria, isso veio de pessoas técnicas, que sabem da importância do projeto e que inclusive construíram as sugestões de retirar, Ver. Cecchim, aquilo que poderia ser vício, ou seja, o projeto estava perfeito, não tinha nenhum problema, assim como o da Fernanda não tem.

Então eu gostaria de convidar os vereadores a deixar as suas divergências pessoais de lado ou guardá-las para os corredores, porque vocês estão prejudicando o cidadão de Porto Alegre fazendo esse tipo de birra aqui no plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Giovani e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 044/21.

VEREADOR GIOVANI E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidenta; cumprimento os meus colegas vereadores e vereadoras desta Casa, é uma honra e um desafio bastante grande voltar ao plenário da Câmara de Vereadores, mais uma vez, em substituição à Ver.^a Bruna Rodrigues, e aqui encaminho pela bancada do PCdoB favoravelmente ao projeto apresentado pela Ver.^a Fernanda. Eu acho que não tive oportunidade até aqui, nesta Casa, de me apresentar um pouco melhor, e eu gostaria de começar me apresentando um pouco: na primeira parte da minha infância, Ver. Pedro Ruas, fui criado na Vila Funil, que a Ver.^a Laura Sito visitou esses dias. Lá nós convivemos com uma realidade bastante dura, que é a realidade de que quando o Estado não chega através de políticas públicas, muitas vezes o tráfico de drogas é quem disputa os rumos e o futuro da nossa juventude. Na segunda parte da minha infância, eu me criei no Extremo-Sul da nossa cidade, bem conhecida pelo Ver. Gilson Padeiro, e lá nós também sentimos na pele a lógica excludente desta cidade. Eu falo um pouco sobre a minha trajetória, Ver. Pedro, porque, talvez por motivos diferentes, Ver.^a Fernanda, hoje aqui encaminho favoravelmente, porque ideologicamente eu chego nesta Casa com o compromisso de lutar contra as desigualdades. Se tem uma coisa que segue igual no nosso País, do dia 27 de maio ao dia de hoje – e falo dia 27 de maio porque foi a primeira vez que eu ocupei esta tribuna –, é que o nosso País segue vivendo uma profunda crise, que se aprofunda a cada dia. Talvez, diferente de alguns colegas, que eu respeito, para mim, um dos principais responsáveis por essa crise é o Presidente da República, o Presidente Bolsonaro, é o governo do ministro da Saúde, que é contra o uso de máscara, é ministro do Ministério do Meio Ambiente, que está envolvido em escândalos do tráfico de madeira, é o ministro da Educação, que é contra a popularização da universidade e hoje disse aos jornais que o Brasil tem muitas universidades, e é o governo da fome! O governo da fome, porque hoje, no nosso País,

19 milhões de pessoas convivem com a fome; segundo alguns estudos, 116 milhões vivem sem pleno acesso aos alimentos. É preciso dizer que nos últimos anos, no Rio Grande do Sul, nós tivemos um crescimento de quase 50% da insegurança alimentar; aqui na nossa cidade por volta de quase 200 mil pessoas que vivem em vulnerabilidade social. A gente poderia falar do crescimento das pessoas que vivem em situação de rua, 40% nos últimos anos; nós poderíamos falar do aumento do trabalho infantil, que no último período cresceu 180% na nossa cidade. Por isso, Ver.^a Fernanda, que todas as iniciativas que contribuírem para o enfrentamento das desigualdades e da fome contarão com o apoio do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, e por isso eu encaminho favoravelmente ao projeto.

Encerro também prestando a solidariedade do PCdoB e do Movimento Coletivo à Cozinha Solidária da Azenha, que hoje sofre com pedido de reintegração de posse, justamente uma cozinha que ocupou um espaço público dando uma função social a ele e garantido que as pessoas que vivem no desalento, sem qualquer amparo do Estado tivessem o direito ao básico, que é a comida, que é não passar fome. Por isso, mais uma vez, reafirmo esses compromissos do PCdoB. Muito obrigado a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação a Emenda nº 01 ao do PLL nº 044/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 044/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver.^a Fernanda.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0071/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/20, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que cria o Serviço Voluntário de Capelania Escolar nas unidades da rede pública municipal de ensino. **(SEI 110000145.00010/2020-13)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Kaká D'Ávilla: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário;
- incluído na Ordem do Dia em 30-08-21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLL nº 029/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, Ver.^a Comandante Nádia, que preside os trabalhos, também cumprimento o Ver. Giovane Byl e a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que fazem parte não só do projeto, mas também do partido, e o Ver. Ramiro Rosário, que fez a emenda. A exposição dos motivos, eu quero, de forma bem sucinta, ler aqui (Lê.): “A atual estrutura e o funcionamento das instituições de ensino têm se mostrado insuficientes para lidar com os desafios que estão surgindo com as novas gerações. O aluno está envolvido em conflitos, desajustes familiares, crise emocional ou outros problemas. Dessa forma, ele pode desenvolver psicoses, que terão ecos negativos no ambiente estudantil, resultando em baixo rendimento no aprendizado e no aproveitamento escolar. Nesse contexto, surge a proposta para o serviço de capelania escolar. Um serviço de apoio e assistência espiritual comprometida com o ser humano de forma integral, abrangendo corpo, emoções, intelecto e espírito. Sua ação é voltada para as instituições de ensino, como escolas e universidades, com a função de reavivar a fé e a esperança, promovendo orientação e encorajamento por meio de aconselhamentos e visitas nos momentos de crise da vida, tais como: enfermidades, abuso, violência, abandono, luto e outras necessidades. O serviço de capelania escolar possui um público-alvo variado, que vai dos alunos e de seus familiares ou responsáveis diretos até aos colaboradores do corpo docente e administrativo. Enfim, todos os que se envolvem ou são envolvidos no processo educativo e que estejam passando por conflitos nas esferas pessoal ou familiar. É do conhecimento de todos que, dentro do ambiente escolar, estão presentes a cultura pluralista e a diversidade religiosa. Faz parte da ética o trabalho de capelania em qualquer âmbito o respeito e a tolerância à crença alheia. A atitude de humildade e a demonstração de amor ao próximo devem prevalecer sempre. Afinal, ninguém é dono da verdade e cada um possui o direito à liberdade de religião, amparado pela bíblia, pelos tratados internacionais, pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação específica. Deve-se destacar, portanto, que a capelania escolar não faz proselitismo. As ações visam apenas ao bem-estar espiritual e psicológico do indivíduo, trazendo, assim, uma melhoria considerável em sua qualidade de vida. Nas instituições que adotaram o projeto de capelania, notou-se uma melhora significativa no ânimo dos professores, dos coordenadores, dos alunos e de seus pais. Esse ambiente favorável tem repercussão direta no progresso do aprendizado e no ambiente fraterno em classe e extraclasse.” Então aqui estão algumas das exposições de motivos desse projeto de capelania e desde já agradeço a todos os colegas pela oportunidade de poder apresentar este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ver.^a Mônica Leal, vai fazer uma questão de ordem?

Vereadora Mônica Leal (PP): Sim, Presidente, uma questão de ordem, eu estive analisando a causa da quantidade de projetos que vão para votação, que têm o parecer inconstitucional e muitas vezes de forma ilegal, e cheguei a uma conclusão que nós temos que nos ater a algo muito sério aqui, as emendas chegam depois do parecer do Procurador, nós temos que mudar isso. As emendas precisam ir antes, de forma que o Procurador tenha conhecimento, inclusive, das emendas, das mudanças, para ele dar o parecer final. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Está anotada a sua sugestão, vereadora. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 029/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas colegas, homens e mulheres da educação, eu vim aqui falar do lugar que eu conheço: a escola pública. Eu não combato pessoas, eu combato ideias, sou amigo do Ver. Hamilton, tenho muito respeito. O problema é que o seu projeto não vai agregar na escola, porque na escola nós precisamos da responsabilidade do poder público, não podemos tapar o sol com a peneira. O poder público tem que assumir, nesse País, o direito à educação, e ele é subjetivo. Antes de apresentar projetos dessa monta, nós temos que exigir que esse governo resolva o déficit histórico de vagas na educação infantil. Faltam quase cinco mil vagas para crianças de apenas 4, 5 anos. Então este projeto, nobre vereador, não é a prioridade do momento; a prioridade são as mães que querem trabalhar e não têm onde os seus filhos estudar. E aí diz na Constituição: direito subjetivo; ou seja, tem que garantir essas vagas. Onde está a secretária Janaína? Eu acho, sim, claro, nós devemos pensar a educação, conversar sobre a educação. Por isso mesmo eu fiz o parecer contrário ao seu projeto, Ver. Hamilton, porque na escola nós precisamos que o poder público contrate pessoas, que resolva o déficit de RH, tem escola sem supervisor, professor Alex, não têm orientadores. Têm escolas que faltam professores de português e matemática! Este governo que passou e esse que aqui está, era o Marchezan, e agora é o Melo, é a mesma coisa na educação: faltam professores, faltam concursos públicos! Nós precisamos nos debruçar sobre o tema real desta cidade, faltam escolas! Temos que conveniar mais! Eu não sou contrário. Agora resolver a educação com capelania! Não. Não é assim. Infelizmente, não é assim que nós chegaremos naquilo que todo mundo diz, que todo mundo sobe na tribuna: o bem comum! Construir direitos, melhorar a cidade. Como é que eu vou melhorar a cidade, quando eu não converso com as escolas para propor um projeto que coloca pessoas que não têm formação? A escola é lugar de quem constrói a educação. Nós lutamos muito nesse País, os educadores, para que na escola garantíssemos pessoas com formação no âmbito educacional. Claro, muitas e muitos querem ajudar, mas, às vezes, as pessoas mal orientadas acabam indo por um lado equivocado. Por isso, nós viemos aqui, em nome do PT, Laura, Leonel, Oliboni,

encaminhar contrários a este projeto. A educação se faz com concurso público, se faz com pessoas com conhecimento. Educação não é a cuidar e acolher só, qualquer pessoa cuida e acolhe. Não. A escola é o lugar de formação pedagógica, a formação da cidadania para o futuro. Como é que eu vou formar cidadania empurrando com a barriga os problemas do governo? Passar a mão, tapar o sol com a peneira! Eu quero mais professora na escola, eu quero então que a escola tenha uma relação mais próxima com o sistema de saúde e tenha uma saúde mental de verdade, por exemplo, nessa cidade. Cadê os concursos para psicólogos? Não tem. Assistência social, por exemplo, onde está a assistência social deste município? A gente tem dificuldade de um aluno que não enxerga, Ver. Hamilton, de fazer o exame de óculos para melhorar a sua visão. A capelania não vai resolver isso; o que vai resolver é fortalecer o SUS. Fortalecer o SUS. Então, eu venho aqui para restabelecer a verdade sobre o que deve ser o caminho da luta coletiva pela educação pública. Eu quero que a escola pública seja respeitada a partir da LDB, não vamos nos vereadores inventar legislação para atropelar a legislação nacional, a LDB está acima de nós, a Constituição está acima de nós. Nós temos que legislar por dentro delas, não contra elas, a favor de interesses individuais de um ou dois grupos que possam até ter intenções, mas escolhe os caminhos equivocados. Então, encaminho contrário e peço a sensibilidade de quem defende a educação, pensar que educação não se faz impondo, se faz construindo, e as escolas não foram consultadas para esse projeto de lei. Elas são contrárias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 029/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não acreditei no que eu ouvi do Ver. Jonas. Ver. Hamilton Sossmeier, ele é contra as religiões que tentam ajudar, principalmente, na periferia! Eu nunca vou acreditar nisso, eu acho que houve um engano do vereador nesse discurso. Contra as religiões que querem ajudar na educação! O que ele fez aqui hoje? Ele não se preocupou com as crianças, ele se preocupou com o Simpa! Ele quer concurso público para os professores contribuírem com o Simpa. E olha, tem muitos valorosos professores nessa cidade de Porto Alegre, no município de Porto Alegre, mas o que me preocupa é a repetência - é a repetência quase a metade da metade dos alunos, que ano pós anos repetem o ano! Por que isso, Ver. Jonas? É por que os seus professores não estão preocupados com a educação? Não, não são todos os professores. A grande maioria dos professores está preocupada com a educação. Agora, o senhor negar ajuda das religiões nos bairros e nas periferias... Isso é demais! Acho que é demais. Essas pessoas ajudam de coração, não são sindicalizadas, como V. Exa. quer. A sua preocupação é que sejam do sindicato! Mas quem faz o trabalho pela igreja, não faz para o sindicato, não cobra nada, faz pelo coração, e quem trabalha pelo coração e pela alma, merece todo nosso respeito. E quem propôs esse projeto foi um homem sério, um

homem de Deus, Hamilton Sossmeier. Eu não posso admitir que alguém venha aqui e se preocupe mais com o seu sindicato do que com a educação das crianças, e principalmente, com a ajuda de solução de conflitos que existem muito nessa cidade. Portanto, Ver. Jonas, acho bom dar uma repensada disso e não só ser pelego de sindicato. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver. Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 029/20.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Fundamental pensar nessa relação religiosa nas escolas, tanto que penso: vai ser ampliado para as religiões de matriz africana também? Vão ser consideradas todas as práticas religiosas nesse espaço? Mas acho que anterior a isso, Ver. Ramiro, nós deveríamos estar aqui pautando a educação sexual, porque, por conta disso, por conta da retirada disso, a ausência disso nos currículos, a gente vê um aumento crescente, desesperador de violência contra crianças e adolescentes, estupros, corretivos, e bem sabemos, e são os dados que falam, que isso acontece dentro de casa. Então, se é para ampliar o debate, e aqui me somo ao Ver. Jonas Reis, e acho que ele não está fazendo defesa de sindicato, está fazendo defesa de educação, uma educação inclusiva, plural, e que dê conta da realidade da nossa população. É isso que a gente precisa debater. Eu fico muito preocupada, isso me deixa realmente muito apreensiva, quando a gente chega neste espaço, nesta Casa, e aquilo que é proposto por determinada parte dos vereadores é considerado doutrina, é considerado desnecessário, até certo ponto, de chegar aqui neste espaço de debate. Então, se for para ampliar, para Pais de Santo, para Mães de Santo, se for para levar até os terreiros, se for para colocar religiões de matriz africana, terão nosso apoio. Uma vez que isso não conta... E ainda ressalto aqui: o Estado é laico; com todo respeito ao nobre vereador que faz essa proposição, ressalto novamente: o Estado é laico. E a laicidade propõe que tenhamos essa amplitude. Se não for para ser dessa forma, então que não seja. E aqui já faço este encaminhamento, em nome da bancada do PCdoB, contra este projeto. Sim, precisamos de uma série de outras coisas dentro das escolas, e, novamente, digo: educação sexual - precisamos ter um olhar mais amplo, precisamos trabalhar numa perspectiva de garantia de direito, mas de conhecimento, que a informação chegue nesses espaços. Isso, para mim, quando a gente delimita e coloca dessa forma um projeto dessa natureza, Ver. Oliboni, isso não amplia e nem dá a garantia de que nós vamos ter ganhos de qualidade na cultura dessa população e muito menos no conhecimento e na construção da crítica. Então, por esse motivo, desde já, deixo aqui o encaminhamento contrário do PCdoB. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 029/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria também me somar ao Ver. Jonas, contrário a este projeto, essa é a indicação do PSOL. Este projeto, ele, na verdade, vai contra a ideia de Estado laico, e o Estado laico é uma conquista democrática muitíssimo importante. Eu escutava o Ver. Cecchim atacar de modo, eu acho que, desrespeitoso o Ver. Jonas, o Ver. Cecchim falando que o Jonas não pode ser pelego de sindicato, uma coisa horrível isso. Sim, pelo sindicato combativo, e o Ver. Jonas é um vereador combativo também, dirigente sindical na origem e não foi à toa que se elegeu vereador. Então, eu acho que a gente tem que respeitar os votos do vereador e respeitar o sindicato que representa uma categoria que tem sido muito atacada pelo governo anterior do qual o Ver. Cecchim foi entusiasta e, agora, pelo governo Melo, do qual o Ver. Cecchim novamente é entusiasta. É o oposto daquela linha dos anarquistas que dizem: “Hay gobierno, soy contra.” No caso do Cecchim parece ser: “Hay gobierno, soy a favor.” Mas entrando no projeto especificamente, bem... E aí o Ver. Cecchim diz assim, para completar o seu raciocínio que é um raciocínio totalmente equivocado, ele diz assim: “As religiões são muito importantes sobretudo na periferia.” Sobretudo na periferia, são muito importantes, segundo o Ver. Cecchim, as religiões. Pois eu diria o contrário, que as religiões são muito importantes sobretudo nos bairros ou nos lugares em que a burguesia, que os mais ricos da cidade, que os milionários da cidade vivem. Por quê? Porque eles é que não têm nenhum sentimento religioso, e realmente a única coisa que pensam é nos cálculos egoístas para terem mais lucros e poderem explorar mais gente. Porque o sentimento religioso é sim um sentimento importante, parte do processo civilizatório da humanidade. A religião, ela foi produzida justamente como um processo em que a humanidade tratou de começar a buscar entender a sua realidade. Mas o fato é que também, e aí tem uma longa história, a humanidade chegou a um tipo de conquista que é a ideia de um Estado laico, ou seja, um Estado não religioso. A religião diz respeito, portanto, à vida privada. Quando se trata de questões públicas, de questões ligadas ao Estado, o Estado tem que ser laico, ou seja, o Estado não tem religião – nem uma, nem duas, nem três, nem quatro. O Estado não tem religião. E me chama atenção, isso sim é grave, muito grave, é que projeto do Melo, que tem esse diálogo permanente com o bolsonarismo, com o neoliberalismo, não é à toa que ele esteve lá na Espanha agora produzindo guerra fiscal, desrespeitando a cidade de Novo Hamburgo, enfim. Mas o fato é concretamente o quê? É que o Melo, o projeto do governo Melo quer não só aumentar a religião, mas quer tirar a filosofia. Quer tirar justamente uma das formas que a humanidade descobriu e desenvolveu de pensar o mundo criticamente. O prefeito Melo quer cortar a filosofia e aumentar as cadeiras de religião. Eu acho que a gente, defendendo o Estado laico e defendendo o pensamento crítico, deve sim manter a filosofia, manter disciplinas como história e deixar a religião no seu lugar que é no lugar privado, no direito de cada um de acreditar naquilo que ele acredita que exista ou não exista, enfim, nas suas crenças de cunho privado. Então nós devemos sim ser contra este projeto, porque ele vai contra o

Estado laico, e já aproveito para fazer essa denúncia de que o verdadeiro interesse do governo Melo é promover um tipo de política em que o pensamento crítico seja liquidado, razão pela qual ele quer reduzir matérias importantes e liquidar, terminar com uma matéria fundamental como filosofia no currículo das nossas crianças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, a Emenda nº 01 ao PLL nº 029/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 18 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADA a Emenda nº 01 ao PLL nº 029/20.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o PLL nº 029/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 18 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADO o PLL nº 029/20.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 254/21 da priorização da Ordem do Dia da presente sessão e que seja incluído na priorização da Ordem do Dia da próxima segunda-feira.

Desse modo, solicito a alteração da data do período de Comunicações para homenagear a campanha lançada dentro do Outubro Rosa de 18 de outubro para o dia 25 de outubro de 2021.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 253/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 253/21 – (Proc. nº 0979/21 – Ver.^a Cláudia Araújo) – requer a realização de Período de Comunicações para homenagear o “Instituto Dunga.” **(SEI 161.00161/2021-66)**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o Requerimento nº 253/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h49min.)

* * * * *